

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ROSEANNE CARVALHO FRAGA DE VARGAS

SEM FILHOS POR OPÇÃO: A PERSPECTIVA DE CASAIS

Uruguiana

2023

ROSEANNE CARVALHO FRAGA DE VARGAS

SEM FILHOS POR OPÇÃO: A PERSPECTIVA DE CASAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Enfermagem da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daiani Oliveira Cherubim

Uruguiana
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

D297s De Vargas, Roseanne Carvalho Fraga
Sem filhos por opção: a perspectiva de casais / Roseanne Carvalho Fraga De
Vargas.
22 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa,
ENFERMAGEM, 2023.

"Orientação: Daiani Oliveira Cherubim".

1. Direitos sexuais. 2. Direitos reprodutivos. 3. Planejamento reprodutivo.

**ROSEANNE CARVALHO FRAGA DE VARGAS
SEM FILHOS POR OPÇÃO: A PERSPECTIVA DE CASAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Enfermagem da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daiani Oliveira Cherubim

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 02 de fevereiro de 2023

Banca examinadora:

 Documento assinado digitalmente
DAIANI OLIVEIRA CHERUBIM
Data: 13/02/2023 17:00:01-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof^ª Dr^ª Daiani Oliveira Cherubim
Orientadora
UNIPAMPA

 Documento assinado digitalmente
CRISTIANE LIMA DE MORAES
Data: 13/02/2023 17:10:24-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof^ª Dr^ª Cristiane Lima de Moraes
UNIPAMPA

 Documento assinado digitalmente
DEBORA SCHLOTEFELDT SINIAK
Data: 13/02/2023 17:26:31-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof^ª Dr^ª Débora Schlotefeldt Siniak
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela minha vida e por todos os momentos vividos até aqui. Agradeço ao meu pai Jorge Alberto, onde quer que esteja sei que está feliz e orgulhoso de mim, ao meu irmão George que mesmo de longe sempre se fez presente em todos os momentos importantes da minha vida, aos demais familiares pelo incentivo ao longo desses anos, e principalmente a minha mãe Rosane pelo esforço diário para que eu tivesse uma educação de qualidade, e assim realizando o grande sonho de ver os dois filhos formados.

Ao meu namorado Thiago, por todo o suporte nessa trajetória.

Às minhas orientadoras, Jussara que deu o pontapé inicial no projeto, Lisie pela continuidade no trabalho e a Daiani que encerra esse ciclo junto a mim.

Agradeço às minhas amigas que tornaram-se minha segunda família durante a graduação.

Aos professores do curso de Enfermagem, por todos os ensinamentos que agregaram tanto na minha vida profissional quanto pessoal.

E a Universidade Federal do Pampa campus Uruguaiana, por todas as oportunidades ofertadas para realizar esse sonho.

RESUMO

As configurações de união conjugal sofreram mudanças ao longo do tempo. A esse respeito, a estrutura do casamento no mundo moderno não tem como única finalidade a procriação, assim como é caracterizado pela divisão de responsabilidades. Esse progresso foi possível em decorrência das mudanças que foram acontecendo na trajetória do padrão tradicional de família para as novas configurações, nas quais é possível observar diversos desejos, os quais também incluem a escolha espontânea por não ter filhos (RIOS; GOMES, 2009). O estudo teve como objetivo: Compreender como ocorre a decisão de casais em não ter filhos. A pesquisa teve âmbito qualitativo e descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, os participantes foram recrutados pelas redes sociais. A análise de conteúdo de Minayo deu origem às categorias: a) Impacto socioeconômico diante da decisão de ter filho b) Pressão social/familiar para a continuidade geracional c) Feminização do cuidado e receio da sobrecarga materna d) Influência do racismo. Através desse estudo, pode-se compreender ainda mais a percepção, os sentimentos e a realidade vivida por estes casais, esperando que este contribua positivamente em suas vidas, através da sensibilização da sociedade frente a temática.

Palavras-chave: Direitos sexuais; Direitos reprodutivos; Planejamento reprodutivo.

ABSTRACT

Configurations of the marital union have changed over time. In this sense, the structure of marriage in the modern world does not have procreation as its sole purpose, as it is characterized by the division of responsibilities. This advance was possible from the changes that occurred in the trajectory of the traditional family pattern to the new configurations, which it is possible to observe different desires, which also include the spontaneous choice of not having children (RIOS; GOMES, 2009). The study aimed to: Understand how couples decide not to have children. The research was qualitative and descriptive. Data collection was performed through semi-structured interviews, participants were recruited through social media. From Minayo's content analysis, the following categories emerged: a) Socioeconomic impact of the decision to have a child b) Social/family pressure for generational continuity c) Feminization of care and fear of maternal burden d) Influence of racism. Through this study, it is possible to further understand the perception, feelings and reality experienced by these couples, hoping that this will contribute positively to their lives, through society's awareness of the subject.

Keywords: Sexual rights; reproductive rights; reproductive planning

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MÉTODO	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1 IMPACTO SOCIOECONÔMICO DIANTE DA DECISÃO DE TER FILHO	12
3.2 PRESSÃO SOCIAL/FAMILIAR PARA A CONTINUIDADE GERACIONAL	14
3.3 A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E O RECEIO DA SOBRECARGA MATERNA	15
3.4 A INFLUÊNCIA DO RACISMO.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS:	21

1 INTRODUÇÃO

Nos séculos passados, a família tradicional era baseada na heteronormatividade e estabelecia o projeto parental como obrigatoriedade, principalmente a maternidade, considerada uma forma da mulher cumprir seu papel na sociedade e satisfazer aqueles à sua volta. Por conseguinte, a família era constituída pelo homem como o único provedor do sustento familiar e a mulher como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos (BORSA; FEIL, 2008).

As configurações de união conjugal sofreram mudanças ao longo do tempo. A esse respeito, a estrutura do casamento no mundo moderno não tem como única finalidade a procriação, assim como é caracterizado pela divisão de responsabilidades. Esse progresso foi possível em decorrência das mudanças que foram acontecendo na trajetória do padrão tradicional de família para as novas configurações, nas quais é possível observar diversos desejos, os quais também incluem a escolha espontânea por não ter filhos (RIOS; GOMES, 2009).

Cabe mencionar, também, a importância do surgimento e consumo das tecnologias reprodutivas, que ofereceram às pessoas a possibilidade de discernir sexualidade de procriação, permitindo a elas exercerem seus direitos reprodutivos, os quais concedem o direito de decidirem de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Da mesma forma, permite o acesso ao serviço de saúde que fornece acesso às informações, meios e recursos para o planejamento familiar livre de discriminação, coesão e violência (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012; BRASIL, 2005). No Brasil o número de casais sem filhos vem aumentando significativamente. Conforme dados do DATASUS (2021) apontam que houve uma queda da natalidade entre mulheres casadas no Rio Grande do Sul, quando comparados os anos de 2009 com 42.064 mil nascidos e 2019 com 37.303 mil nascidos.

Refletir e discutir sobre a opção por não ter filhos é um processo complexo, tendo em vista que atualmente existem inúmeros fatores que influenciam nessa decisão. Nesse contexto, este estudo objetiva conhecer aspectos que influenciam a decisão de casais em não ter filhos.

2 MÉTODO

Estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Os estudos qualitativos preocupam-se com um espectro mais denso nas relações, dos processos e dos fenômenos, sendo que estes não são passíveis de serem operacionalizados através de variáveis. Trabalham, dessa forma, com inúmeros significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

Os dados foram coletados de julho a agosto de 2022, por meio de entrevista semiestruturada. Os critérios de inclusão foram casais maiores de 18 anos, independente do seu sexo biológico, orientação sexual e/ou identidade de gênero. O instrumento de coleta conteve questões abertas e fechadas, as quais permitiram que os participantes relatassem a percepção acerca da temática proposta (MINAYO, 2014).

A operacionalização da coleta transcorreu da seguinte maneira. O primeiro contato foi realizado via rede social (*Instagram*®), onde o estudo foi divulgado pela pesquisadora. Os participantes entraram em contato e sinalizaram o primeiro interesse. Após primeiro contato, o casal participante foi orientado sobre o objetivo da pesquisa e após o aceite, recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a assinatura de ambos, tornaram-se então participantes da pesquisa. Neste momento, foi agendado a data e horário da entrevista.

A entrevista foi realizada *online* pela plataforma *Google meet*, e teve duração em média de trinta minutos. Ao final da entrevista foi solicitado que os participantes indicassem um ou mais casais na mesma condição para que a sequência de entrevistas fosse realizada, entretanto, nenhum casal fez tal indicação. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

Após transcrição das entrevistas, utilizou-se a análise de conteúdo temática que permite encontrar uma série de semelhanças apresentadas por meio de uma fala, uma frase ou um resumo. Sendo assim, a análise temática possibilita descobrir os núcleos de sentido que fazem parte da comunicação e a frequência ou a presença da sua aparição, trazendo significados para o objetivo do estudo (MINAYO, 2014).

A primeira etapa da análise de conteúdo é a pré-análise, em que foi realizada uma leitura compreensiva do material selecionado, impregnando-se do assunto para elaborar hipóteses iniciais que serviram de limites para a explanação do material. Nessa etapa, procurou-se ter uma visão do conjunto, ao mesmo tempo em que se tomou conhecimento das particularidades do material. Essa leitura permitiu compreender o material de tal forma que pode servir de base para

a própria interpretação como também para descrever o material a partir das perspectivas dos casais (MINAYO, 2014).

A segunda etapa consistiu na exploração do material, onde se identificou o problema, buscaram-se sentidos mais amplos e realizou-se um diálogo com alguns recortes do material selecionado, classificando e identificando os núcleos de sentido apontados no material. Ou seja, compreendeu-se o sentido da comunicação, obtendo, através de significados expressos, outros significados relacionados à decisão de não ter filhos (MINAYO, 2014).

Na última etapa foi realizada uma síntese interpretativa, a qual permitiu realizar uma articulação entre o objeto de estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos. Dessa forma, após analisadas as categorias, realizou-se a descrição dos resultados obtidos e a sua discussão com a bibliografia pertinente (MINAYO, 2014).

O estudo seguiu as Normas de Pesquisa em Saúde estabelecidas pela Resolução de nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que regulamenta as atividades de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Deste modo, esta pesquisa teve início somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) UNIPAMPA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo seis casais que optam por não viver a experiência da parentalidade, totalizando 12 participantes com idades entre 23 e 34 anos. Dos seis casais heteroafetivos, um deles é bissexual. No que se refere ao estado civil, a maioria é solteiro, enquanto um casal mantém acordo de união estável e outro é casado. Onze entrevistados são católicos e um adventista. Em relação à escolaridade, seis participantes possuem ensino superior completo, quatro são estudantes de graduação e dois têm ensino médio completo. Dentre os participantes, sete exercem trabalho fixo remunerado. Quanto a raça, apenas um casal se auto declara preto. Sendo assim, os casais foram identificados como C1, C2, C3, C4, C5 e C6.

A partir da análise da fala dos participantes, originaram-se quatro categorias temáticas, sendo elas: Impacto socioeconômico diante da decisão de ter filho, a pressão social/familiar para a continuidade geracional, a feminização do cuidado e o receio sobrecarga materna e a influência do racismo na escolha da não parentalidade.

3.1 IMPACTO SOCIOECONÔMICO DIANTE DA DECISÃO DE TER FILHO

Tradicionalmente, conforme o modelo de família clássica apoiado no domínio patriarcal, a divisão era feita conforme o gênero, a mulher era destinada à vida doméstica e o homem ao trabalho. Essa dinâmica perdurou por um longo período, assim a atribuição do cuidado do lar implicou no isolamento da mulher em outras esferas, como a vida pública, social e política. O decorrer da história tem evidenciado a força da mulher na busca de seus direitos, na dissociação dos papéis padronizados e no alcance dos espaços almejados que lhes foram negados anteriormente.

Nesse percurso de novos arranjos sociais, o modelo do homem como provedor e mulher como cuidadora, vagarosamente cede lugar ao modelo no qual as mulheres administram a vida social, doméstica e a maternidade, se essa for sua escolha. Conseqüentemente, a inserção da mulher no mercado de trabalho, além de contribuir para o empoderamento feminino, reconfigura a divisão das responsabilidades na vida conjugal (PASSOS; GUEDES, 2018).

Na fala da mulher do C6, emergiu esse estereótipo do homem como único provedor do sustento familiar, reforçando a ideia que algumas famílias ainda se arranjam no modelo patriarcal

“[...] ainda moro com a minha mãe, como vou colocar mais uma criança no mundo se eu não consigo me sustentar, se não tenho renda minha, vou ficar só dependendo dele pra me sustentar e a criança [...]” C6.

Já o C5 afirma que depende igualmente da renda dos dois para garantir seu sustento, sendo assim, a estabilidade financeira aparece como requisito mínimo para ter filhos nos dias de hoje, uma vez que a renda provém de ambas partes do casal.

“[...]” a questão financeira, tempo de qualidade, por trabalharmos todo o dia todos os dias, daí não vale a pena. A gente pensava em ter mas nós criamos e não deixar com avós e dependendo de escolinha, mas não tem como porque os dois têm que trabalhar, dependemos da renda dos dois “[...]” C5.

O impacto financeiro aparece de forma unânime entre os casais, tornando-se uma barreira importante para a recusa da parentalidade. Na fala dos entrevistados, emerge a preocupação com o bem-estar da criança que envolve dinheiro associado ao tempo de qualidade, conforme seguintes relatos:

“[...]” se não vai ter qualidade de vida com a criança, tem que ter planejamento, não ter espaço pra brincar, liberdade, e não é isso que queremos, filho pra ficar trancado e os pais trabalhando o dia inteiro “[...]” C1

“[...] caso venha a acontecer, a gente quer estar bem preparado financeiramente para dar uma boa criação [...]” C3.

“[...] temos uma condição que não achamos adequada para dar uma vida digna, a vida digna que eu acho pra ter um filho [...]” C4.

Na fala de C5, é possível observar a compreensão no que se refere à situação financeira, uma vez que, desde antes do nascimento de uma criança já implica-se diversos gastos. Na conjuntura econômica atual, arcar com todas as despesas de um ser humano e suas necessidades por tempo indeterminado, é um enorme desafio.

“[...]a situação financeira que todo mundo vive, que pra ti estar bem, tem que estar muito rico, se não tu apenas sobrevive[...]” C5

Holmberg Yamada (2019) realizou um estudo exploratório em fóruns de discussão na internet, a fim de entender porque o Japão, um país conservador, vive um drástico declínio populacional. O estudo explorou os depoimentos das pessoas sobre a decisão da parentalidade, onde surgiram os discursos tradicional e o moderno, contudo, a questão financeira é a única justificativa para não ter filhos que aparece concomitantemente em ambos os discursos.

Segundo os participantes, as políticas sociais no Japão não favorecem quem quer ter filhos, pelo contrário, desencorajam os assalariados com dupla renda e as empresas dificultam a licença parental. Além disso, a cultura da feminização do cuidado predomina no país oriental,

já que as mulheres abrem mão da carreira e liberdade para dedicar-se exclusivamente à criação do filho e incentivar o marido a ascender profissionalmente. Em síntese, para os participantes da discussão, ter filhos é um conflito socioeconômico, citando que crianças são “artigos de luxo”. A criação de um filho significa abrir mão de um estilo de vida confortável, adquirir bens desejados, viver relativamente bem em termos de uma economia estável, então os japoneses preferem gastar esse dinheiro consigo mesmo, aproveitando a vida conforme desejam ou economizando para o futuro (HOLMBERG YAMADA, 2019).

3.2 PRESSÃO SOCIAL/FAMILIAR PARA A CONTINUIDADE GERACIONAL

Sobre as falas dos participantes, é interessante notar que esta pressão é exercida principalmente pela família, em especial os pais, pertencentes a uma geração anterior, com uma busca por manter a configuração familiar tradicional. Apenas um casal não relatou cobrança por parte dos familiares, os outros cinco falaram sobre a pressão familiar para ter filhos, na forma como os pais projetam neles suas expectativas em relação ao seguimento da geração.

“[...] meu pai não reage bem, mesmo sempre falando abertamente sobre isso, ele diz que tem que dar continuidade na família e tem a esperança que a gente mude de opinião [...]” C3.

“[...] todo mundo fica em choque e a gente é bem julgado por isso, é bem pesado, vizinhos, conhecidos mais antigos, todo mundo meio que julga, é bem pesado a pressão por parte dos familiares [...]” C5.

“[...] As famílias não sabem oficialmente, só vamos desconversando, dizemos que não é a hora, não estamos preparados, mas eles têm muita expectativa. Tem muita pressão, a minha mãe disse que meu pai tava velho com 77 anos, que eu tinha que dar um jeito de dar um neto pra ele [...]” C1.

“[...] todo o almoço de domingo juntava a família e sempre vinha o comentário de qualquer pessoa de como uma criança renovaria a casa. A vó comenta que todos os netos são covardes, pois nenhum teve filho, e o sonho dela era ser bisavó [...]” C2.

“[...] a gente sente uma cobrança muito grande, principalmente da parte da nossa família, minha sogra disse que eu ia ficar velha pra ter filho (tenho 26 anos), então eu corto o assunto porque as pessoas romantizam demais a maternidade [...]” C6.

Conforme estudos realizados anteriormente, o preconceito acerca do projeto de não ter filhos pode se apresentar de três maneiras. Primeiramente, manifesta-se a negação, quando evita-se discorrer sobre o assunto que, por ainda ser um tabu, o que pode gerar constrangimento e possível conflito familiar. A segunda ocorre quando a sociedade tenta persuadir o casal de que a decisão tomada por eles não é coerente, demonstrando esperança que o casal mude de

ideia. Por último, quando há a desaprovação, mesmo que indiscreta, quando a decisão do casal não é respeitada, insistindo na ideia de que a família torna-se completa e feliz apenas após a chegada dos filhos. O fato de alguns casais ainda não falarem explicitamente sua decisão como relatam C1 e C6 sinaliza que a sociedade, especialmente os familiares mais próximos, são bastante preconceituosos quanto à configuração familiar sem filhos, e esse preconceito é ainda maior quando a decisão vem da mulher, pois para algumas pessoas das gerações anteriores é difícil conceber a ideia de uma mulher não querer vivenciar a maternidade (BERNARDI; DANTAS; FERES-CARNEIRO, 2020. apud CAETANO; MARTINS; MOTTA, 2016).

Nessa perspectiva, apesar da aparente liberdade que os casais têm a respeito do projeto parental, o preconceito é um fator presente no cotidiano deles, juntamente com a cobrança social exercida para a continuidade geracional, proveniente principalmente por parte da família, causando extremo desconforto quando o tema é abordado (BERNARDI; DANTAS. FERES-CARNEIRO, 2020).

3.3 A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E O RECEIO DA SOBRECARGA MATERNA

Segundo Bernardi; Dantas; Feres-Carneiro (2020), percebe-se que o modo romantizado com que a maternidade foi e ainda é consagrada, já não a sustenta mais como um projeto almejado pelas mulheres. Pelo contrário, ter filhos é visto como fonte de extrema sobrecarga e abdições necessárias que uma criança impõe.

“[...] pode ser egoísmo, mas quem bota no mundo, quem amamenta é a mulher, mesmo que eu seja casada muita responsabilidade cai sobre mim [...]” C6.

“[...] não quero ter que tirar tempo da minha vida pra outra pessoa [...]” C2.

“[...] eu não consigo me imaginar mãe. Imagina se eu fosse mãe agora, não sei se eu seria uma pessoa feliz [...]” C3.

“[...] ainda tem a pressão de que a mulher depois que se torna mãe tem que viver só para a criança, não tem mais vida, a mulher morre no momento que vira mãe [...]” C5.

Um dado interessante emergiu na fala da mulher do C5 ao mencionar que o fato de ter vivenciado uma experiência de inversão geracional, quando assumiu o cuidado integral do irmão mais novo, e como isso influenciou no atual desejo acerca de não ter filhos. Ter se deparado com a responsabilidade e cobrança materna precocemente de um filho que não era dela foi considerado um peso.

“[...] quem criou meu irmão mais novo foi eu, eu tinha 15 anos quando ele nasceu, passei muito trabalho com ele, muitas noites sem dormir, trocando fraldas, dando remédio, comida, ajudei a educar então eu sei como funciona e isso sempre me trancou bastante por ter sido mãe tão cedo sem ser mãe, eu aprendi tudo na marra porque não tinha quem me instruisse, minha mãe nunca cuidou dele, e tinha uma época que minha avó me cobrava como se eu fosse mãe dele [...]” C5

“[...] por ter visto e vivido isso e também não quero pra mim essa responsabilidade materna e pressão materna, porque a responsabilidade é sempre da mulher, da mãe, a criança é mal educada a culpa é da mãe, está mal vestida a culpa é da mãe, está suja ou doente a culpa é da mãe, cresceu e foi pro lado ruim da vida a mãe que não educou direito, não quero isso pra mim, só quem escuta é a mãe, a culpa nunca é do pai. O meu marido não põe essa pressão em mim, mas a sociedade sim [...]” C5

Dentre todos os participantes, apenas as mulheres elencaram a responsabilidade pela criação do filho como motivo para a escolha em não ter filhos. Essa preocupação pode surgir mais em mulheres devido à criação dos filhos estar associada à figura feminina, reforçando os estereótipos de gênero, onde a mãe tem quase por completo a responsabilidade pela criação dos filhos e é cobrada socialmente para executar esse papel como prioridade na sua vida, enquanto que os homens não sofrem essas cobranças tanto quanto as mulheres. Não é coincidência que trabalhos associados a cuidados geralmente são destinados às mulheres, como por exemplo, domésticas, babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras e professoras (COELHO; SOUZA; SILVA, 2020).

Dessa forma, mesmo não exercendo a maternidade, as mulheres exercem a função de cuidar. Para além da função de cuidar, as responsabilidades e obrigações com a saúde, educação, alimentação, comportamento e proteção ficam a cargo da figura feminina, e quando não atendidas as expectativas sociais, é gerado um sentimento de culpa, que recai exclusivamente em cima da mulher.

Vale salientar as transformações do lugar da mulher na sociedade ao longo do tempo. Ela passou a assumir diferentes papéis: de esposa, de mãe e de profissional. Sua inserção no mercado de trabalho provocou mudanças significativas no papel feminino e na sua relação com a maternidade. Hoje, a mulher investe em seus objetivos pessoais e na sua profissão. Além disso, a mulher atual considera o impacto da maternidade na sua carreira. As falas de C4 e C6 destacam que a preocupação da mulher com a possibilidade de abdicar das aspirações pessoais e profissionais são um impeditivo para o projeto de ter filhos.

“[...] tenho um pouquinho de problema com a questão da estrutura familiar mesmo, de um ter que abdicar dos seus sonhos e do seu tempo para que o outro possa subir, para que o outro possa seguir os seus sonhos, hoje em dia

podemos falar tanto homem como mulher, mas um ter que ficar para trás para o outro ir pra frente, claro que viemos de um histórico que isso acontece muito mais com as mulheres. Já pensei na sobrecarga da mulher, não quero ser estressada, sobrecarregada, eu não quero ser essa pessoa, talvez num futuro ser frustrada a ponto de jogar isso em cima dos meus filhos; não penso em cortar a minha carreira para ficar com um filho ou em casa, é um cansaço, é exaustivo [...]” C4.

“[...] é ruim querer que ele abra mão de tudo, porque a responsabilidade é dele também mas ele não iria parar de fazer as coisas e eu sim, porque eu sou a mãe e eu escolhi ter um filho [...]” C6.

Nota-se a preocupação em interromper suas atividades para se dedicar a uma criança por um intervalo de tempo indeterminado, enquanto os homens não citaram nada a respeito. Em consequência da desigualdade de gênero, o impacto na carreira das mães é mais significativo do que na carreira dos pais, evidenciando a sobrecarga e a feminização do cuidado (COELHO; SOUZA; SILVA, 2020; BERNARDI; DANTAS; FERES-CARNEIRO, 2020)

3.4 A INFLUÊNCIA DO RACISMO NA ESCOLHA DA NÃO PARENTALIDADE

Para C6, o único casal preto entrevistado, o medo de um futuro filho sofrer racismo, assim como eles já sofreram, torna-se um impeditivo na escolha da parentalidade, de acordo com os relatos a seguir:

“[...] eu como uma mulher preta, botar alguém no mundo hoje em dia em que o racismo está muito em alta, o medo dobra em ter filho [...]” C6

“[...] quem é preto sofre e quando entro em lugares cheio de pessoas brancas eu já sinto o olhar e tenho medo de um futuro filho sentir isso, porque dói, tenho medo dele sofrer um racismo tão grande a ponto de não aguentar, a gente que é preto é preparado desde criança a como se comportar, a agir na rua, quando entra em loja, e a gente sabe como é criança, criança brinca, é impulsiva, se joga, mexe e o julgamento maior sempre cai sob a criança preta [...]” C6

A origem da desigualdade surgiu quando foi imposto o sistema de escravidão. Desse modo, a sociedade brasileira estruturou-se a custo do trabalho escravo, onde nasceu uma cultura racista que ficou estabelecida em nossa sociedade, e até hoje é possível identificar a existência não só de um racismo estrutural, mas também de um racismo institucional no país. O histórico da construção das mulheres negras de qualquer lugar do mundo parte do mesmo ponto, enquanto escravizadas e sem direitos. Porém, a situação da mulher preta sempre foi bastante complexa, considerando os estigmas de ser mulher associados à questão racial. A diversidade étnica e cultural que compõe o país abrange suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e raciais, quando homens e mulheres das raças preta e parda

convivem diariamente com o preconceito, a dor e uma infinidade de pré-julgamentos aos quais seus filhos e familiares também são submetidos (LIMA, 2020).

Outra preocupação que o casal demonstra é em relação a possibilidade de ocorrer violência obstétrica, conforme a fala a seguir:

“[...] tenho medo de sofrer, por mais que a gente seja da área da saúde, na gestação a gente sabe sobre violência obstétrica, a gente vê pelos números a maioria ocorre com mulheres pretas porque é um momento de fragilidade [...]”C6

A violência obstétrica é descrita como um conjunto de práticas que interferem no processo gestacional, de trabalho de parto e parto. São condutas que violam os direitos das mulheres de formas física, verbal e moral, exercidas sobretudo por profissionais de saúde mediante abuso de intervenções desnecessárias, uso farmacológico inadequado, e uma assistência insensível. Por ser uma ação discriminatória, tende a ser reproduzida mais frequentemente em grupos mais vulneráveis, como no caso de mulheres negras, sendo assim reconhecido como racismo obstétrico. (SANTOS, *et al.* 2020)

Como apontado por Silva *et al.* 2022, as mulheres negras tendem a ser mais negligenciadas. Quando comparado ao tratamento dado à mulher branca nas instituições de saúde, as mulheres negras esperam mais na fila de atendimento, são sujeitas a peregrinar de um serviço para outro em busca de um atendimento mais qualificado, realizam menos número de consultas de pré-natal, obtendo menos informações quanto às complicações que podem ocorrer na gestação e conseqüentemente no trabalho de parto. Além de serem submetidas a procedimentos obstétricos mais dolorosos e sem anestesia reproduzindo estereótipos de que pessoas negras são mais resistentes à dor.

Conforme um Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2022) que apurou a mortalidade materna no Brasil de 2009 a 2020, revelou que dentre a totalidade de óbitos maternos, 53,7% foram de mulheres pardas, 30% de mulheres brancas e 11,7% de mulheres autodeclaradas pretas. Esses valores evidenciam que as mulheres negras lideram o índice de mortalidade materna durante o período gravídico puerperal, confirmando que a discriminação racial persiste nas instituições de saúde brasileiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo conhecer os aspectos que influenciam a decisão de casais em não ter filhos. Com base nos dados obtidos, observa-se que a transformação nos relacionamentos ao longo da história possibilitou aos casais modernos maior liberdade no que tange a parentalidade, pois o projeto parental tornou-se uma escolha.

Contudo, apesar dessa escolha ser mais aceita, a imposição social da maternidade/paternidade ainda é muito presente na vida desses casais, e essa cobrança é exercida principalmente pelos familiares. O ilusório social ainda mantém a concepção que todo casal anseia ter filhos, todavia, percebe-se que a pressão social e a expectativa familiar não afetam a decisão dos casais entrevistados. Os participantes priorizam sua escolha independentemente da posição de outras pessoas.

Por ter emergido no discurso de todos os casais, o impacto socioeconômico foi considerado o maior motivo de impedimento para ter filhos. As mulheres avaliam as consequências da feminização do cuidado e da sobrecarga materna, pois os cuidados que envolvem uma criança são predominantes da mulher, enquanto o homem ocupa um lugar secundário. E em relação ao racismo, o receio da violência obstétrica e da desigualdade social influencia na hora de pensar em ter filhos.

Considera-se que houve uma decadência no projeto de ter filhos como principal finalidade na vida de um casal. Indica-se que os casais estão realizados com seus relacionamentos e não precisaram ter filhos para se sentirem felizes dentro da relação.

No campo da enfermagem, o estudo contribui trazendo a reflexão acerca dos direitos e planejamento reprodutivo, bem como incentiva a quebra do tabu no que diz respeito a decisão de não ter filhos. O estudo também oportuniza dissertar acerca da temática proposta, muito importante e relevante atualmente, com intuito de sensibilizar a sociedade e profissionais da saúde.

Dito isto, observa-se que as políticas de planejamento reprodutivo voltadas a esse público são dificultadas, uma vez que até o ano de 2022 era necessário a autorização do cônjuge para realizar cirurgias esterilizadoras como laqueadura e vasectomia. Além dos incessantes questionamentos e tentativas de impor a parentalidade para aqueles que não a desejam. A decisão por não ter filhos é um direito, e deve ser respeitado.

Neste estudo, houve adversidades quanto a quantidade de participantes. Poucos casais demonstraram interesse em participar. E ao participar, as mulheres discorreram sobre o assunto com maior intensidade quando em comparação aos homens. Posto isto, essa etapa do estudo se encerra, mas ainda há muito a ser desenvolvido. Portanto, sugere-se realizar novos estudos com um maior número de casais, a fim de encontrar novos tópicos que possam acrescentar à discussão.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 577-587, 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4gj5xxSFGxWmzmWBq3r534Q/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 02 dez. 2022.

BERNARDI, Denise; DANTAS, Cristina Ribeiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Satisfação Conjugal e Liberdade: Percepções de Sujeitos Casados acerca da Ausência de Filhos. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan. 2020.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100012.

Acesso em: 05 dez. 2022.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **O portal dos Psicólogos**, v. 185, p. 1-12, 2008. Disponível em:

<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico - Mortalidade materna no Brasil, 2009 a 2020**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília, v. 53, n. 20, p. 19-29, 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-no20/view>.

Acesso em 28 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Dispõe diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. (2021). Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 10 nov. de 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf.

Acesso em 10 nov. 2022

CAETANO, Carolina; MARTINS, Maristela Santini; MOTTA, Romilda Costa. Família Contemporânea: Estudo de Casais Sem Filhos por Opção. **Pensando fam.** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 43-56, jul. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2016000100004.

Acesso em 27 dez. 2022.

COELHO, Ingrid Mesquita; SOUZA, Daniel Cerdeira de; SILVA, Iolete Ribeiro da. Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos. **Nova perspect. sist.** São Paulo, v. 29, n. 67, p. 56-69, ago. 2020. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-78412020000200005.

Acesso em: 05 jan. 2023

HOLMBERG YAMADA, Elin. **Enjoying freedom or priced out of parenthood?: Attitudes to childlessness on Japanese Internet forums**. Dissertation. Umea University, 2019. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1341245/FULLTEXT01.pdf> Acesso em: 22 dez. 2022

Lima, S. T. B. (2020). DIREITOS HUMANOS DOS NEGROS: Racismo estrutural, necropolítica, interseccionalidade e o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Educação e Humanidades**, 119-132. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/7917/5634> . Acesso em 10 jan. 2023

MENDES, Thais Ramos; PEREIRA, Vinicius Tonollier. Casais que optam por não ter filhos: entre escolhas e expectativas. **Diaphora**, v. 8, n. 1, p. 24-31, 2019. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/168/166>. Acesso em: 28 nov. 2022

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14^a.ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014.

PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação feminina no Mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 50, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847/462>. Acesso em 30 nov. 2022.

RIOS, Maria Galvão; GOMES, Isabel Cristina. **Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. Psicologia em Estudo**, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/V4wrG3cq4zXw3LLqSnkbMH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 nov. 2022

SANTOS, V.C *et al.* Violência obstétrica na perspectiva de raça/cor: uma revisão integrativa. **Revista Paulista de Enfermagem**, v. 31, n.1, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://repen.com.br/revista/wp-content/uploads/2021/08/REPE_n_2020_v31_Violencia-Obstetrica-na-Perspectiva-de-Raca-Cor.pdf. Acesso em 03 jan. 2023.

SILVA, E. *et. al.* Racismo obstétrico vivenciado por mulheres negras: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24930/22005>. Acesso em 03 jan. 2023.

SOARES, I. C.; SANTOS, K. A. dos. A não maternidade por opção: depoimentos de mulheres que não querem ter filhos. **Revista Ártemis**, v. 30, n. 1, p. 384-401, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/51355/32372>. Acesso em: 06 jan. 2023.